



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 10467.902153/2009-14  
**Recurso nº** Voluntário  
**Acórdão nº** 3402-002.115 – 4<sup>a</sup> Câmara / 2<sup>a</sup> Turma Ordinária  
**Sessão de** 23 de julho de 2013  
**Matéria** Processo Administrativo Fiscal  
**Recorrente** LOJAO DO VOLKS PECAS E ACESSORIOS LTDA  
**Recorrida** DRJ RECIFE (PE)

**ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Período de apuração: 01/02/2004 a 29/02/2004

Ementa:

COMPENSAÇÃO. INDEFERIMENTO PEDIDO DE RESTITUIÇÃO. FALTA DE CRÉDITO.

É *conditio sine qua non* a existência de um pagamento indevido ou a maior que o devido para que o contribuinte faça jus à repetição do indébito. Não ocorrendo tais condições, não há direito a crédito. Por sua vez, sem crédito, a compensação fica prejudicada, pela falta do principal pressuposto legal, a reciprocidade de credor e devedor entre as pessoas envolvidas.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros da **4<sup>a</sup> câmara / 2<sup>a</sup> turma ordinária** da terceira **SEÇÃO DE JULGAMENTO**, por unanimidade de votos em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.

(assinado digitalmente)

GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO – Relator e Presidente  
Substituto.

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros João Carlos Cassuli Junior, Silvia de Brito Oliveira, Winderley Moraes Pereira, Fernando Luiz da Gama Lobo D Eca e Leonardo Mussi da Silva.

## **Relatório**

Trata o presente processo de declaração de compensação dos débitos referentes ao PIS e a Cofins do período de apuração 12/2005, cujo crédito financeiro encontra-se em discussão no processo nº 10467.901806/2009-30.

A compensação não foi homologada pela RFB sob o fundamento de que os recolhimentos utilizados como direito creditório já estavam integralmente utilizados para quitação de débitos do contribuinte, não restando crédito disponível para compensação dos débitos informados no PER/DCOMP.

Inconformado o sujeito passivo apresentou manifestação de inconformidade.

A 2ª Turma da DRJ Recife (PE) julgou improcedente a manifestação de inconformidade, nos termos do Acórdão nº 11-33220 de 24 de março de 2011, cuja ementa abaixo transcrevo:

*ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL COFINS*

*Período de apuração: 01/02/2004 a 29/02/2004*

*PEDIDO ELETRÔNICO DE RESTITUIÇÃO. INDÉBITO. ÔNUS DA PROVA. Compete ao sujeito passivo o ônus da prova relativo a direito creditório pleiteado em Pedido Eletrônico de Restituição.*

*DCTF. ERRO DE PREENCHIMENTO. ÔNUS DA PROVA. Eventuais erros de preenchimento na DCTF devem ser comprovados pela recorrente, uma vez que esta detém todos os elementos necessários, ou seja, a escrituração contábil e os documentos que lhe dão sustentação.*

*COMPENSAÇÃO. INDÉBITO INCOMPROVADO. NÃO HOMOLOGAÇÃO. DESPACHO DECISÓRIO. PROCEDÊNCIA.*

*Procede o despacho decisório que não-homologa a compensação de débitos com suposto direito creditório incomprovado pelo sujeito passivo.*

Diante da decisão proferida pela primeira instância administrativa, apresentou recurso voluntário onde alega, em breve síntese, que:

- 1) A empresa atua no ramo de comércio de peças e acessórios para veículos, logicamente obrigada a efetuar compras aos fornecedores dos produtos de autopeças e próprios para máquinas e veículos autopropulsados, ambos no anexo I e II da Lei nº 10.485 de 03/07/2002, art. 3º, bem como direito ao PIS/Cofins reduzido a 0% as alíquotas, relativamente à receita bruta auferidas dos mesmos produtos;
- 2) O direito de deduzir no seu faturamento as vendas de produtos tributados pela alíquota zero, a empresa apresentou na época, retificadora das DCTF e DIPJ, porque recolheu a maior a Cofins do mês de 02/2004. Dentro da possibilidade de provas necessárias e com a

finalidade de convencer as autoridades julgadoras, anexamos cópias das notas fiscais de aquisição porque nelas se verificam mercadorias adquiridas com classificações fiscais para o PIS e Cofins.

Termina sua petição recursal requerendo a reforma da decisão vergastada para fins de deferir o total do valor pleiteado e homologar as compensações declaradas.

A 2ª Turma da 4ª Câmara da 3ª Seção de julgamento do Carf converteu o julgamento em diligência para que a Autoridade Preparadora analisasse os documentos acostados aos autos quando da propositura do recurso voluntário e emitisse relatório conclusivo acerca da composição da base de cálculo da exação.

A Delegacia da Receita Federal do Brasil em João Pessoa realizou a diligência e elaborou o despacho de fls. 115/119.

O sujeito passivo tomou ciência do despacho de diligência em 15/03/2013, fls. 120/121, e se manteve inativo, conforme termo de encaminhamento de fls. 122.

Os autos retornaram ao Colegiado para julgamento.

É o relatório.

## Voto

Conselheiro Relator Gilson Macedo Rosenburg Filho.

O recurso foi apresentado com observância do prazo previsto, bem como dos demais requisitos de admissibilidade de sorte que conheço do recurso e passo a análise de mérito.

Conforme fito alhures, os autos tratam de declaração de compensação não homologada pela RFB sob o fundamento de falta de crédito. Ressalto que o crédito financeiro que o sujeito passivo apresenta para sustentar a compensação declarada neste processo está em discussão no processo nº 10467.901806/2009-30 de minha relatoria. Assim sendo, a sorte daquele processo irradiará efeitos fulminantes na decisão deste processo.

Explico:

Nos casos de pagamento indevido ou a maior, fatos que justificam uma eventual repetição do indébito, a idéia de restituir é para que ocorra um reequilíbrio patrimonial. O direito de repetir o que foi pago emerge do fato de não existir débito correspondente ao pagamento. Portanto, a restituição é a devolução de um bem que foi transladado de um sujeito a outro equivocadamente. Deve ficar entre dois parâmetros, não podendo ultrapassar o enriquecimento efetivo recebido pelo agente em detrimento do devedor, tampouco ultrapassar o empobrecimento do outro agente, isto é, o montante em que o patrimônio sofreu diminuição. O ordenamento jurídico estabelece a obrigação de restituir a “todo aquele que recebeu o que lhe não era devido”, e essa obrigação se extingue com a restituição do indevido ou com a decadência do direito.

A restituição do indevido pode ser feita por meio da compensação, que é uma forma indireta de extinção da obrigação, feita por uma via oblíqua. É pressuposto da compensação que os sujeitos possuam uma condição recíproca de credor e devedor. Existe uma contraposição de direitos e obrigações que, colocados na balança e equilibrados, se extinguem. Tal extinção assemelha-se ao pagamento, contudo um pagamento indireto pela exclusão de um débito em face do direito a um crédito. Nesta linha, pode-se inferir que compensar significa fazer um acerto no equilíbrio entre os débitos e os créditos que duas pessoas têm, ao mesmo tempo.

Outrora, a compensação é dividida em duas categorias: a legal e a convencional. A adotada pelo direito tributário é a legal, ou seja, presentes os pressupostos legais, ela se opera independentemente da vontade dos interessados. O conteúdo semântico do termo compensação, adotado pelo Código Tributário Nacional, tem os mesmos contornos do conceito consolidado no direito civil. Não se pode olvidar que os termos e conceitos jurídicos consolidados no direito privado não podem ser modificados pela lei tributária, conforme reza o art. 110 do Código Tributário Nacional (CTN).

Já mencionamos que, no direito tributário nacional, a compensação constitui um direito subjetivo que pode ser exercitado por quem se encontre em situação hábil a pleiteá-la exigindo que sua obrigação tributária seja extinta em procedimento de compensação, conquantos sejam preenchidos os requisitos legais:

- Especificidade, isto é, a existência de lei autorizativa específica;
- A estipulação de condições e garantias na lei autorizativa específica;
- Reciprocidade, ou seja, o sujeito passivo deve ser portador de créditos próprios oponíveis a outros créditos da Fazenda Pública;
- Liquidez, que se caracteriza pelos créditos devidamente quantificados e expressos em unidades monetárias;
- Certeza, diz respeito a sua constituição fundada na existência de uma relação jurídico tributária completamente definida;
- Exigibilidade irrestrita relativamente aos créditos vencidos e também vincendos de compensação.

Diante dessa breve explanação, fica evidente que é *conditio sine qua non* a existência de um pagamento indevido ou a maior que o devido para que o contribuinte faça jus à repetição do indébito. Não ocorrendo tais condições, não há direito a crédito. Por sua vez, sem crédito, a compensação fica prejudicada, pela falta do principal pressuposto legal, a reciprocidade de credor e devedor entre as pessoas envolvidas.

Aclarada a prejudicialidade entre este processo e o processo nº 10467.901806/2009-30, resta apenas reproduzir a decisão proferida naqueles autos, que foi no sentido de não haver crédito a restituir, uma vez que o sujeito passivo não provou a liquidez e certeza do seu direito. Não havendo crédito, não há de se falar em direito à compensação, nos termos das assertivas feitas.

Isto posto, nego provimento ao recurso voluntário.

É como voto.

Sala de sessões, 23/07/2013

Gilson Macedo Rosenburg Filho

CÓPIA